PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Declaração de Rectificação n.º 8/2000

Por terem sido publicados com inexactidão no *Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 153, de 5 de Julho de 2000, os Decretos do Presidente da República n.ºs 30/2000 e 31/2000 passam a ter a seguinte rectificação. Assim, onde se lê:

«Referendado em 27 de Junho de 2000.

O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*.»

deve ler-se:

«Referendado em 27 de Junho de 2000.

O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*. — O Ministro dos Negócios Estrangeiros, *Jaime José Matos da Gama*.»

Secretaria-Geral da Presidência da República, 24 de Agosto de 2000. — Pelo Secretário-Geral, o Director de Serviços, *António Rodrigues*.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Declaração de Rectificação n.º 9/2000

Para os devidos efeitos se declara que a Lei Orgânica n.º 2/2000, de 14 de Julho — Terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 267/80, de 8 de Agosto (Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa Regional dos Açores) alterado pelas Leis n.ºs 28/82, de 15 de Novembro, e 72/93, de 30 de Novembro —, publicada no *Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 161, de 14 de Julho de 2000, saiu com as seguintes incorrecções, que assim se rectificam:

No n.º 4 do artigo 98.º, previsto no artigo 1.º da Lei Orgânica n.º 2/2000, de 14 de Julho, onde se lê «nos artigos 79.º-B e 79.º-C ou» deve ler-se «nos artigos 79.º-B, 79.º-C e 79.º-D ou».

ANEXO

1 — No artigo 15.º, onde se lê «Os candidatos de cada lista consideram-se ordenados segundo a sequência da respectiva declaração de candidatura» deve ler-se «1 — As listas propostas à eleição devem conter a indicação de candidatos efectivos em número igual ao dos mandatos atribuídos ao círculo eleitoral a que se refiram e de candidatos suplentes em número não inferior a dois nem superior a cinco.

2 — Os candidatos de cada lista consideram-se ordenados segundo a sequência da respectiva declaração de candidatura.»

2 — No n.º 1 do artigo 38.º onde se lê «candidaturas» deve ler-se «candidatos».

3 — No n.º 6 do artigo 48.º, onde se lê «presidente da câmara» deve ler-se «presidente da câmara municipal».

4 — No n.º 2 do artigo 65.º, onde se lê «aplicável» deve ler-se «aplicada».

5 — No n.º 1 do artigo 88.º, onde se lê «uma» deve ler-se «urna».

6 — No n.º 4 do artigo 99.º, onde se lê «nos artigos 78.º e 79.º ou» deve ler-se «nos artigos 78.º a 80.º ou».

7 — No n.º 4 do artigo 109.º, onde se lê «assembleias» deve ler-se «assembleia».

8 — No n.º 1 do artigo 121.º, onde se lê «haja» deve ler-se «hajam».

9 — No artigo 130.º onde se lê «artigo 57.º» deve ler-se «artigo 59.º».

10 — No artigo 144.º, onde se lê «a médico» deve ler-se «o médico».

Assembleia da República, 21 de Agosto de 2000. — Pela Secretária-Geral, em substituição, (*Assinatura ilegível*.)

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Decreto-Lei n.º 207/2000

de 2 de Setembro

O Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro, que procedeu à adaptação à administração local do decreto-lei que estabelece as regras sobre o ingresso, acesso e progressão nas carreiras e categorias do regime geral, bem como as respectivas escalas salariais — Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro —, prevê, relativamente ao ingresso na carreira de fiscal municipal, a frequência de um curso específico a ministrar pelo Centro de Estudos e Formação Autárquica.

Estatui o n.º 2 do artigo 4.º do referido diploma que a duração, o conteúdo curricular, os critérios de avaliação e o regime de frequência do referido curso são aprovados por portaria conjunta. O n.º 3, por sua vez, refere que «durante o período de um ano a contar da data de entrada em vigor do presente diploma, o recrutamento para a categoria de fiscal municipal de 2.ª classe pode efectuar-se de entre indivíduos com o 12.º ano de escolaridade, aprovados em estágio de duração não inferior a seis meses».

Ultrapassado o período de tempo referido naquela disposição, importa proceder ao seu alargamento de forma a permitir a manutenção da aplicação daquela regra excepcional de recrutamento, até que se assegure a frequência do referido curso específico.

Foram observados os procedimentos decorrentes da Lei n.º 23/98, de 26 de Maio.

Foram ouvidas as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) e a Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE).

Assim, nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta, o seguinte:

Artigo único

O n.º 3 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro, passa a ter a seguinte redacção:

«3 — Durante o período de um ano a contar da data de entrada em vigor do diploma referido no número anterior, o recrutamento para a categoria de fiscal muni-

cipal de 2.^a classe pode efectuar-se de entre indivíduos com o 12.º ano de escolaridade, aprovados em estágio de duração não inferior a seis meses.»

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 7 de Julho de 2000. — *António Manuel de Oliveira Guterres — Fernando Manuel dos Santos Gomes — Joaquim Augusto Nunes Pina Moura — Alberto de Sousa Martins.*

Promulgado em 16 de Agosto de 2000.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 23 de Agosto de 2000.

O Primeiro-Ministro, em exercício, *Jaime José Matos da Gama.*

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Aviso n.º 180/2000

Por ordem superior se torna público que, por nota de 15 de Junho de 2000, o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Reino dos Países Baixos notificou ter a República da Zâmbia, nos termos do artigo 94.º, depositado, em 1 de Novembro de 1999, o seu instrumento de adesão à Convenção para a Solução Pacífica dos Conflitos Internacionais, concluída na Haia em 18 de Outubro de 1907.

Nos termos do artigo 95.º, a Convenção entrou em vigor para a República da Zâmbia em 31 de Dezembro de 1999.

Portugal é Parte na mesma Convenção, tendo depositado o seu instrumento de ratificação em 13 de Abril de 1911, conforme o *Diário do Governo*, n.ºs 49, de 2 de Março de 1911, e 104, de 5 de Maio de 1911.

Departamento de Assuntos Jurídicos, 26 de Julho de 2000. — A Directora, *Maria Margarida Aleixo Antunes Rei.*

Aviso n.º 181/2000

Por ordem superior se torna público que a República Checa apresentou as seguintes reservas à Convenção Europeia sobre o Controlo da Aquisição e Detenção de Armas de Fogo por Particulares, aberta à assinatura em Estrasburgo em 28 de Junho de 1978:

«Reservations contained in a note verbale handed to the Secretary General at the time of signature of the instrument, on 7 May 1999 — original english.

In accordance with the provisions of article 15, paragraph 1, of the Convention and in accordance with subparagraphs *a)*, *c)* and *d)* of appendix II to the Convention, the Czech Republic avails itself of the following reservations:

- 1) Chapter II of the Convention shall not apply in respect of the objects comprised in para-

graph 3 of appendix I to the Convention which are listed as follows:

Any ammunition specially designed to be discharged by an object comprised in subparagraphs *j)*, *k)* or *n)* of paragraph 1 of appendix I to the Convention;

Any substance or matter specially designed to be discharged by an instrument comprised in subparagraph *g)* of paragraph 1 of appendix I to the Convention;

- 2) Chapter III of the Convention shall not apply in respect of the objects comprised in paragraph 3 of appendix I to the Convention which are listed as follows:

Any ammunition specially designed to be discharged by an object comprised in subparagraphs *j)*, *k)* or *n)* of paragraph 1 of appendix I to the Convention;

Any substance or matter specially designed to be discharged by an instrument comprised in subparagraph *g)* of paragraph 1 of appendix I to the Convention;

- 3) Chapter III of the Convention shall not apply to transactions between dealers resident in the territories of two Contracting Parties.»

A tradução é a seguinte:

«Reservas constantes da nota verbal entregue ao Secretário-Geral no momento da assinatura do instrumento, em 7 de Maio de 1999 — original em inglês.

Em conformidade com o artigo 15.º, n.º 1, da Convenção e em conformidade com as alíneas *a)*, *c)* e *d)* do anexo II à Convenção, a República Checa formula as seguintes reservas:

- 1) O capítulo II da Convenção não será aplicável no tocante aos objectos referidos no n.º 3 do anexo I à Convenção, a saber:

Qualquer munição expressamente destinada a ser disparada por um dos objectos referidos nas alíneas *j)*, *k)* ou *n)* do n.º 1 do anexo I à Convenção;

Qualquer substância ou matéria expressamente destinada a ser disparada por um dos instrumentos referidos na alínea *g)* do n.º 1 do anexo I à Convenção;

- 2) O capítulo III da Convenção não será aplicável no tocante aos objectos referidos no n.º 3 do anexo I à Convenção, a saber:

Qualquer munição expressamente destinada a ser disparada por um dos objectos referidos nas alíneas *j)*, *k)* ou *n)* do n.º 1 do anexo I à Convenção;

Qualquer substância ou matéria expressamente destinada a ser disparada por um dos instrumentos referidos na alínea *g)* do n.º 1 do anexo I à Convenção;